

A INFLAÇÃO:
CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E POLÍTICAS

INFLATION:
REASONS, CONSEQUENCES AND POLICIES

Mário caldeira Dias
Orcid: 0000-0001-9110-3774
mcdias@lis.ulusiada.pt

DOI: <https://doi.org/10.34628/3779-ah33>
Data de submissão / Submission date: 03/01/2023
Data de aprovação / Acceptance date: 29/03/2023

Resumo: A inflação, na actualidade, é um problema para as pessoas, as famílias, para os poderes públicos e para as organizações internacionais principalmente por causa da perda de poder de compra. Causa um aumento da pobreza para uma larga maioria da sociedade.

Cada pessoa tem a sua própria inflação e os seus efeitos variam de grupo social para grupo social. Os mais pobres têm dificuldades acrescidas.

Este artigo procura clarificar as causas, consequências e políticas para enfrentar a inflação e procura também clarificar o papel da política monetária e da situação de estagnação.

Todas as políticas pretendem apenas minimizar, para alguns grupos, mas não eliminar os efeitos da inflação na quebra do poder de compra, sob pena de aumentar ainda mais a inflação.

Palavras-chave: Inflação; Políticas públicas; Rendimento; Poder de compra; Empobrecimento.

Abstract: Inflation, in present days, is a problem to individuals, families, public powers and international organizations mainly because the loss of purchasing power. Causes the increase of poverty to a big majority of society.

But everybody has it's own inflation and it's effect is different from social group to other social group. The poorest of them has increased difficulties.

So, this articles try to clarify the causes, consequences and policies to cope with inflation and also clarifies the role of monetary policy and the situation of "stagflation".

All these policies can only minimize to some groups but not eliminate the effects on the declining purchasing power. On the contrary, we simply manage an additional increase of inflation

Keywords: Inflation; Public policies; Revenue; Impoverishment.

Este artigo tem como objectivo o esclarecimento dos alunos da Universidade Lusíada e dos restantes possíveis leitores sobre o fenómeno da inflação no actual contexto, no qual a inflação surge com um acréscimo de relevância o que, aliás, sempre teve em maior ou menor grau.

A inflação consiste, essencialmente, na taxa de crescimento do índice de preços (P) (Nellis, 2004) embora a subida de preços tenha também sido generalizada e sustentada.

1. Introdução

Já nas crises do petróleo de 1973 e no início dos anos 80 (81-82) se poderia constatar o seu efeito “estagflacionista” e da transversalidade interativa dos seus efeitos na economia e na sociedade. (Blanchard, 2006)

Na altura, verificaram-se efeitos mais fortes em sectores (McKenzie, 1983) como a metalurgia, os estaleiros navais, o automóvel, o têxtil, a siderurgia, o cimento... nos quais o aumento da concorrência internacional também desempenhou um papel significativo para além do aumento dos preços da energia, que no seu conjunto, provocaram supressões massivas de emprego.

A contração da oferta e o conseqüente aumento do desemprego fez-se acompanhar, também em Portugal, de uma forte subida da inflação (Pordata).

1973 - 19,88; 1974 - 25,12; 1975 - 15,75
1981 - 19,2; 1982 - 21,5; 1983 - 24,0; 1984 - 28,5

Muitos dos sectores de actividade económica eram caracterizados por elevados níveis de concentração regional, dando origem ao fenómeno de incidências massivas de desemprego em determinadas regiões sem alternativas de outros postos de trabalho e, logo com níveis de histerese muito elevados (McKenzie, 1983) como, por exemplo, Castanheira de Pera, Setúbal e outros Concelhos do Minho e Porto com mono indústria têxtil e do vestuário.

É na sequência desta evolução que surge, entre outras, a publicação pela OCDE do livro de Paul Mackracken intitulado “Pour le Plein Emploi et la Stabilité des Prix” (1977) que propunha um índice de doença económica que se obtinha pela soma da taxa de inflação com a taxa de desemprego. Daria sinais preocupantes quando atingisse os dois dígitos. (Macracken, 1977)

O desemprego, decorrente do comportamento do PIB, em conjunto com a inflação (e deflação) constituem os fenómenos mais preocupantes para os economistas, políticos e para a sociedade em geral. O equilíbrio externo é um quase objectivo apesar da condicionalidade que representa quando sistematicamente negativo e ligado a uma elevada dívida externa. (Kirschen, 1965)

Têm uma incidência micro, meso e macroeconómica, ou seja, a nível individual, familiar, empresarial, sectorial e regional e macro tanto na perspectiva económica como social.

No caso da inflação, podemos constatar que cada pessoa, cada família, cada empresa e qualquer outro agregado têm a sua inflação específica que depende do tipo de bens e serviços utilizados. Há sectores e regiões mais sensíveis do que outros de acordo com a natureza da inflação. A nível macro a inflação, que é uma média ponderada, constitui um ponto fulcral da gestão política dos Governos e do próprio BCE.

As relações entre o desemprego e a inflação, expressas na curva de Phillips, ($\pi = -C(u-\mu)$), perderam utilidade para fundamentar o ciclo político do “stop and go” devido ao comportamento errático da referida curva, no entanto, compensado pela introdução da inflação esperada pelo que a curva de Phillips passará a explicar a diferença entre a inflação esperada e a inflação efectiva (a questão das expectativas ou das antecipações, como veremos mais adiante) (Dornbusch, 2003)

A deflação e a hiperinflação constituem aspectos específicos e graves do comportamento dos preços (Samuelson, 2012).

No primeiro, caso a deflação, através do adiamento permanente das compras, pode transformar-se num buraco negro da economia. A hiperinflação, por sua vez, elimina as funções da moeda – reserva de valor, unidade de conta e, sobretudo, a de intermediário geral das trocas paralisando a actividade económica e reconduzindo-a à troca directa ou ao uso de uma moeda internacional de referência, nomeadamente o dólar.

2. As consequências

Será adequado tratar deste tema em primeiro lugar, na medida em que é pelas suas consequências que é apercebida a relevância económica e social da inflação.

A consequência mais visível e sentida da inflação traduz-se na alteração real do rendimento disponível e da riqueza se a valorização dos activos não acompanhar a referida inflação. Os que não a podem acompanhar ficam mais pobres, ou seja, é um factor de empobrecimento. Alguns conseguem acompanhar ou ultrapassar a inflação nos rendimentos e preços. Outros conseguem introduzir factores especulativos, no lado da oferta, ligados a lucros anormalmente elevados que, por sua vez, potenciam a inflação (Nellis, 2004).

Outra consequência da inflação reside na alteração entre devedores e credores nos bancos, nos impostos e em todas as relações contratuais ou outras que envolvam pagamentos desde que não estejam incluídas cláusulas de proteção contra a inflação. A gestão administrativa dos preços pode garantir uma protecção parcial como no caso das rendas, p.ex.

Os pagamentos são feitos numa moeda com um valor real ou com um poder de compra menores (M/P).

Existe um outro efeito da inflação relacionado com os custos de menu (Fernandes - 2017).

As empresas vendedoras de uma grande diversidade de bens e serviços suportam custos da logística de revisão de preços que se procura que sejam inferiores ao referido aumento de preços.

Uma outra consequência refere-se ao “custo da sola dos sapatos” dos consumidores que perante um aumento dos preços têm que redobrar os seus esforços na procura de preços mais acessíveis de acordo com o princípio da racionalidade dos referidos consumidores ou em filas de acesso a produtos ou serviços mais escassos no mercado por motivo das determinantes da oferta ou mesmo açambarcados.

Também acontece que a inflação altera os preços relativos (Samuelson, 2012) e provoca um dilema para as empresas no mercado concorrencial – se são os primeiros a incluir a inflação nos preços perdem quota de mercado. Se o fizerem mais tarde perdem lucros, (Dornbusch, 2001)

3. Causas da inflação

As causas da inflação não actuam de forma autónoma. São interactivas e podem, em doses diferentes estar presentes de forma simultânea.

Inflação puxada pela procura (demand pull inflation) (Nellis, 2004) – É provocada por um aumento da procura oriunda do consumo privado e público, do investimento e das exportações que incluem o turismo. A recuperação do pós COVID e o Quantitative Easing enquanto suporte da liquidez bancária (à qual se deve o facto de as taxas de juro passivas da banca não aumentarem) foram favoráveis a esta explicação da inflação.

Se a quantidade de moeda aumenta a procura também aumenta (Parkin, 2008)

De acordo com a equação clássica $MV=PT$ e substituindo n° de trocas (T) por Y (PIBpm) e passando a taxas de crescimento fica $m+v= \pi+y$ ou $\pi=m+v-y$ donde se deduz que o crescimento da massa monetária (M) e da sua velocidade de circulação (v) aumentam a inflação (π) e o crescimento do produto (y) faz baixar a inflação. A estabilidade dos preços com inflação zero consegue-se com $m=y$. É a posição monetarista no pressuposto que a velocidade de circulação da moeda é constante. Além disso ocorre, nesta perspectiva que um aumento da massa mo-

netária se traduz sempre no aumento dos preços se a riqueza real permanecer constante (Burda, 2011 Lembra-se de que para os keynesianos a velocidade de circulação da moeda é ajustável o que mudaria os seus efeitos sobre a inflação. Lembre-se, ainda, que a amplitude da variação destas variáveis depende do grau de utilização da capacidade produtiva.

O aumento dos preços conduzirá, no médio prazo, a um aumento dos custos que, por sua vez, irão retrair a oferta. A consequência será o retorno ao anterior nível de produto só que a um nível de preços ainda mais elevado. A procura também se pode reduzir devido ao efeito rendimento provocado pela inflação e que a pode conter relativamente, de forma automática, como se tratasse de um estabilizador.

Inflação provocada pelos custos (cost push inflation) (Nellis, 2004) – com origem interna e/ou externa.

Neste último caso referem-se os chamados choques adversos da oferta (Dornbusch, 2003) nos quais aumentos de preços é explicado pelo aumento dos salários e dos lucros e do aumento do preço das matérias-primas (essencialmente petróleo e cereais). O crescimento da produtividade pode amenizar estes efeitos embora seja difícil ter um efeito significativo num horizonte de curto prazo na medida em que remete para transformações mais estruturais da economia. As políticas da oferta – concorrência, qualificação e inovação produzem efeitos que tendem a dilatar-se mais no tempo.

A curva da oferta reage ao aumento dos custos internos e externos deslocando-se para cima e para a esquerda diminuindo a oferta e aumentando os preços. A diminuição da oferta, neste contexto, provoca simultaneamente desemprego e inflação, ou seja, estagflação.

A médio prazo, o aumento dos preços levará a uma retração da procura devido ao efeito rendimento aprofundando o nível de desemprego e moderando a inflação. Tal dependerá da forma como os governos reajam.

Inflação induzida pelas expectativas – se os agentes económicos esperam preços mais elevados tenderão a proteger-se com o aumento das suas reivindicações ou predispondo-se a aumentar os seus preços nos planos futuros.

Este processo tenderá a reflectir-se num deslocamento da curva da oferta para a esquerda e da curva da procura para a esquerda. Os preços aumentarão sucessivamente em torno de uma referência de produção fixa a partir de uma renovação contínua das expectativas e das respectivas antecipações em relação ao futuro.

Se todos os agentes anteciparem completamente a inflação (Nellis, 2004) e Dornbusch, 2003) esta não terá implicações na repartição real da riqueza e do rendimento dando, no entanto, origem à subida contínua dos preços. Claro que haverá sempre alguns efeitos na medida em que não é possível que todos os agentes económicos tenham condições para uma efectiva acomodação à inflação (reformados, desempregados, senhorios, trabalhadores precários, empresas em dificuldades...)

Só a inflação não antecipada produz efeitos plenos.

4. As políticas (Nellis, Parker, 200); (Dornbusch, 2003)

Em determinadas circunstâncias com níveis muito elevados de empobrecimento, os governos podem ter a tentação de fixar total ou parcialmente preços e rendimentos.

A fixação de preços a um nível mais baixo do que os do mercado, provocará o desaparecimento dos produtos das prateleiras das lojas e supermercados com as consequentes filas de espera e com a erupção do mercado negro.

No caso dos rendimentos, os governos tendem a aumentar os rendimentos mais baixos e a corrigir aqueles que aumentaram de forma significativa os lucros com base em práticas especulativas e oportunistas ou apenas beneficiando da escassez da oferta ou de uma contenção de custos como no caso das taxas de juro passivas dos bancos. No caso das rendas, a contenção pode resultar do seu forte impacto social. Neste caso isso significará que o Governo está a passar para estes agentes o ónus da política social.

No que se refere à inflação puxada pela procura, o que está em causa é a perturbação da evolução e da repartição do poder de compra.

A possibilidade de intervenção propalada por muitos sectores da população e da intervenção política seria o de compensar todos pela quebra do seu rendimento. Sem um aumento significativo da produção de bens e serviços esta compensação apenas serviria para potenciar a subida dos preços inaugurando uma espiral preços/rendimentos na qual caberiam alterações na posição relativa dos diversos grupos da população na medida em que não é possível compensar todos da mesma forma.

A alternativa óbvia seria a de compensar total ou parcialmente apenas alguns grupos mais sensíveis a fenómenos de pobreza e exclusão ou com maior poder reivindicativo.

Na inflação empurrada pelos custos, nomeadamente na devida aos choques adversos da oferta, a inflação e o desemprego consequentes podem ser objecto de três, de forma parcial e temporária, alternativas de posicionamento das políticas públicas, que podem ocorrer em simultâneo.

A primeira é deixar o mercado funcionar. Se aumentarem os preços da energia importada, ela será paga com recursos adicionais que deixarão de ser utilizados no país. No contexto de estagflação o empobrecimento geral é inevitável dada a transversalidade dos seus efeitos sem esquecer o contributo do desemprego para esse mesmo empobrecimento.

A segunda procuraria aumentar a curva da procura para recuperar os níveis de emprego. A consequência inevitável traduzir-se-ia na aceleração da inflação.

A terceira via seria a de diminuir outros custos como salários, lucros e impostos para compensar o aumento dos outros custos (da energia e matérias-primas). Neste caso a curva da oferta tenderia a regressar à situação inicial.

Neste caso, tal como nos anteriores, as políticas públicas podem compensar, de forma parcial e temporária os indivíduos e famílias mais vulneráveis e as em-

presas com maiores dificuldades de adaptação. No entanto também é verdade que a inflação também é impulsionada pelas empresas que têm condições para transferir os custos para os preços ou para aumentarem os preços mais do que proporcionalmente ao aumento dos referidos custos.

Na inflação gerada pelas expectativas está em causa a gestão das referidas expectativas o que não é facilmente exequível. Uma das formas de as baixar são políticas anti-inflacionistas nas quais os agentes económicos acreditem. Os acordos entre os parceiros sociais de médio prazo podem ajudar bastante, tal como aconteceu recentemente em Portugal.

Em muitos casos, mais próprio da estabilidade económica, vigora o pressuposto de que a inflação esperada é igual à inflação do período anterior.

No entanto a forma mais eficaz de baixar expectativas consiste na adopção pelo governo de uma previsão da inflação abaixo da sua tendência mais provável porque a função pública e muitas empresas tenderão a alinhar os seus comportamentos por esse referencial e, por essa via, contribuir para baixar a inflação.

A temática da inflação merece uma pertinente referência ao papel da taxa de juro que funciona como um instrumento fundamental na contenção da inflação e pode ser uma das suas causas desde que haja recurso ao crédito, para além de desempenhar um elo importante de ligação entre o mercado real e monetário e entre o equilíbrio interno e externo (modelo de Mundell Fleming).

De facto, quando a taxa de juro sobe todos os pagamentos decorrentes do valor da taxa de juro sobem contribuindo para o aumento da inflação. Por sua vez o aumento da inflação é tendencialmente incorporada no valor da taxa de juro nominal (Dornbusch, 2003).

No entanto, a vertente mais notória, da taxa de juro, de acordo com o mecanismo de transmissão da política monetária à realidade económica, reside na contenção do investimento e da compra de bens duradouros ou cujo preço dependa do valor da taxa de juro.

O valor da taxa de juro é muito condicionado pelo seu valor, no regime de liberdade de circulação de capitais, noutros países, nomeadamente nos EUA, devido à influência que tem nos fluxos de capital.

5. O Orçamento do Estado

Se tivermos em consideração o Orçamento do Estado para 2023, e em termos genéricos, poderemos constatar que perante uma inflação em torno dos dois dígitos, o empobrecimento é inevitável. Não existe a possibilidade de recuperar o poder de compra para todos e nem sequer para a maioria da população. Há sempre um empobrecimento para o país, como um todo sob pena de se entrar numa espiral inflacionista em aceleração com custos recessivos no seu controlo cada vez mais elevados.

O que pode fazer-se no enquadramento das alternativas teóricas acima expostas:

- Ajudar selectivamente as famílias à beira da pobreza através de transferências de rendimentos, de alívios fiscais diversos nomeadamente através da alteração dos escalões do IRS, do ISPP ou da descida do IVA para alguns produtos, da assistência em espécie, incluindo as organizações da Economia Social, e do controlo administrativo de alguns preços nomeadamente das rendas de casa, das prestações a pagar aos bancos através de processos de renegociação das dívidas com intervenção nas várias condições do crédito. Estas medidas terão que ter um efeito limitado na expansão da procura, moderando os efeitos da inflação junto dos mais vulneráveis. Está em causa a minimização do impacte da inflação no rendimento disponível de algumas famílias.
- Moderação dos custos para as empresas através da contenção dos custos da energia reduzindo o ISPP, regulando o mercado do gás e, por consequência da electricidade, de controlo dos aumentos das portagens, de isenções fiscais e contribuindo para a moderação dos custos salariais na Função Pública e das empresas pela via do seu comportamento alinhado. Segundo um estudo da Hays Portugal citado pelo Jornal Expresso de 2/12/2022, 61% das empresas fará aumentos inferiores a 4,9% para uma inflação estimada de 8% pela EU. Apenas 19% aumentarão 10% ou mais.

As negociações de acordos tripartidos de médio prazo podem contribuir para este desiderato.

- Impostos acrescidos sobre lucros “anormais” como forma de aumentar receitas e moderar os contextos propícios à especulação.
- Aumento médio das pensões claramente abaixo dos níveis da inflação.
- Gestão das expectativas extrapolando uma inflação estimada por baixo que servirá de referência para o sector a prazo e contribuindo para baixar a própria inflação.
- Diminuir a diferença T- (G+TR) como forma de baixar os défices públicos moderando o efeito “demand pull” e conter os efeitos da dívida pública numa fase de potencial instabilidade dos mercados financeiros na medida em que se soma a esta dívida a das empresas e das famílias.

As vias de intervenção do Governo podem atingir, em simultâneo, mais de um objectivo.

6. Conclusão

Face ao exposto verifica-se que a acomodação da economia e da sociedade a uma inflação significativa processa-se de vários modos aumentando preços, reivindicando mais salários, pensões e outras condições de trabalho e de vida, pressionando nas instâncias políticas, fazendo greves e manifestações, procurando cada grupo alterar a sua posição relativa face à expectativa de empobrecimento ou de quebra do poder de compra. Em termos globais a inflação ou as políticas anti-inflacionistas terão sempre um efeito de empobrecimento relativo para a generalidade da população e para alguns grupos, em particular.

Não compreender este facto trará custos acrescidos para diminuir a inflação tendo nomeadamente em conta que distorce os preços relativos, as quantidades produzidas e a repartição do rendimento real (Samuelson, 2012)

Bibliografia

- J.G. Nellis; D. Parker (2004) – Principles of Macroeconomics – Ed. Prentice Hall.
McKenzie, R.; Segenberger, W. (1983) – Les Suppressions d’Emplois dans l’Industrie – Ed. OCDE.
McKracken, P. (1977) - Pour le Plein Emploi e la Stabilité des Prix – Ed. OCDE.
Kirschen, E. S. (1965). – Política Económica Comtemporânea – Ed. Occidente.
Dornbusch, R.; Fisher, S.; Startz, R. (2003) – Macroeconomia – Ed. McGraw Hill.
Fernandes, A.; Pereira, E.; Bento, J.P.; Madaleno, M.; Robaina, M. (2017) – Introdução à Economia – Ed. Sílabo.
Samuelson, P.; Norhaus, W. (2012) – Economia – Ed. McGraw Hill.
Blanchard, O. (2006) – Macroeconomics – Ed. Prentice Hall.
Burda, M.; Wiplosz, C. (2011) – Macroeconomia – Uma visão europeia – Ed. Oxford University Press.
Parkin, M. (2008) – Macroeconomics – Ed. Pearson of Western Ontário.
Jornal Expresso de 2/12/2022 citando um estudo da Hays Portugal.